

MST:

as modalidades e o método de implementação da cooperação
nos assentamentos

José Geraldo A. Poker

Como citar: POKER, J. G. A. MST: as modalidades e o método de implementação da cooperação nos assentamentos. *In:* SIMONETTI, M. C. L. (org.) **Assentamentos rurais e cidadania: e a construção de novos espaços de vida.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 107-124. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-142-3.p107-124>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MST: AS MODALIDADES E O MÉTODO DE IMPLEMENTAÇÃO DA COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS

José Geraldo Poker

Conhecendo as dificuldades que circundam a viabilização dos assentamentos em todos os sentidos, a direção do MST desenvolveu um projeto próprio, diferente do modelo patronal, mas igualmente distinto das formas da agricultura familiar praticada sejam elas comerciais ou camponesas, e identificadas pelas pesquisas rurais no Brasil. Trata-se de uma modalidade de produção nomeada como *agricultura familiar cooperativada*, a ser implantada sob a forma do SCA, que é a sigla do Sistema Cooperativista dos Assentados, criado em 1989, a partir das experiências de associativismo e coletivização, empreendidas nos acampamentos e assentamentos pelo MST desde sua origem, em 1979. Em 1992, o SCA tornou-se um dos setores do MST, o Setor de Produção, englobando o antigo Setor dos Assentados, que deixou de existir.

Para se conhecer o projeto do SCA, seus objetivos, características e propostas, o melhor caminho é recorrer aos materiais produzidos pelo Movimento sobre o assunto. Dentre eles, dois podem ser considerados os fundamentais. Um deles é o Caderno de Formação n.20 “*A Cooperação Agrícola nos Assentamentos*”, editado

em 1993, quando o SCA ainda estava sendo implantado. O outro é o Caderno de Cooperação Agrícola n. 5 “*O Sistema Cooperativista dos Assentados*”, já produzido pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) em 1997, num momento em que as primeiras experiências de cooperação propostas pelo SCA já podiam ser suficientemente avaliadas, em relação aos resultados obtidos, e a conformidade deles com o projeto original. Isso justifica a escolha desse Caderno n. 5 para subsidiar a narrativa que está por vir logo adiante, embora o uso de outros materiais não esteja descartado.

Conforme a análise presente no Caderno de Cooperação Agrícola n. 5, o SCA representa a mudança de rumos que aconteceu no Movimento a partir de 1984, que se consolidou em 1989. Desde sua origem, até 1984, o MST como um todo priorizava os acampamentos, concentrando maior atenção nas atividades de conquista da terra, praticamente ignorando o que acontecia nas áreas já conquistadas, nos assentamentos, onde cada assentado tentava encontrar, por si mesmo, os melhores meios para sobreviver na terra. Por causa disso, os assentados pretendiam criar um movimento próprio, de nome *Movimento Pé no Chão*.

Naquele período anterior a 1984, cuidava-se de cada assentamento isoladamente, não havendo preocupação com a produção do conjunto dos assentamentos, e o MST se via como *movimento de massa*, identificando nos acampamentos sua base de sustentação.

Depois de 1984, quando cresceu o número de assentamentos e também dos fracassos na produção deles obtida, começou a “ficar claro que se cada assentado tentar resolver sozinho o problema da produção corre o risco de ter que entregar a terra, como aconteceu com alguns” (CONCRAB, 1997, p. 29). Mudando de rumo, o Movimento passou a priorizar a organização da produção dentro dos assentamentos, fazendo deles sua nova base e assumindo naquele momento a pretensão de tornar-se *movimento de organização da massa*. Segundo a narrativa do referido Caderno, a organização da produção caminhava em duas direções: *associação em pequenos grupos de assentados*, sob influência religiosa, e seguindo a orientação de Mao Tse Tung, que via nas pequenas associações a possibilidade de serem “um embrião (começar pequenas experiências de ajuda mútua até chegar as grandes cooperativas)” (CONCRAB, 1997, p. 29); e *grandes associações*, cujo enfoque era a prestação de serviços e representação política dos assentados.

Estas experiências de associativismo foram importantes por permitirem que, pela primeira vez, houvesse a liberação das lideranças, possibilitando ao MST tornar-se uma “organização social: ela necessita de quadros liberados para tocar a máquina do MST e organizar novas ocupações” (CONCRAB, 1997, p. 29). Pode-se compreender, assim, a razão pela qual o Movimento fez dos assentamentos sua base, passando a tratar a produção como prioridade. O MST lançou nesta época a palavra de ordem *ocupar, resistir, produzir*.

Mas, antes de explicar o SCA, é preciso explicar ainda a razão de ter sido sua formulação atribuída à *direção* do MST, e não ao movimento todo. E a razão disso é a seguinte: historicamente, tem se verificado que a preocupação com o *dia seguinte* dos diversos movimentos de luta pela terra, notadamente em relação à viabilização econômica das pessoas recém contempladas com um pedaço de terra, é algo restrito aos agentes de mediação e assessores dos grupos de reivindicação¹.

Mais do que aqueles que conquistaram terras, os assessores e mediadores possuem plena consciência acerca das dificuldades e desafios a serem enfrentados pelos assentados, possuindo também uma noção das precárias condições que os assentados em geral dispõem para permanecerem na terra. E tanto temem pelo futuro, que assessores e mediadores de movimentos têm insistido para que os assentados recém empossados adotem, mesmo a contragosto, os projetos por eles indicados como necessários para a viabilização dos assentamentos. E é neste momento que costuma acontecer o divórcio entre os assentados e aqueles que os ajudaram na conquista da terra².

O fato de terem conseguido a terra através de um movimento social não garante automaticamente que estejam em condições de partirem para um segundo confronto, talvez mais difícil que o primeiro: depois da terra, os assentados devem obter dela os recursos necessários para conquistarem uma vida com qualidade, a ponto de justificar a luta empreendida. Conforme o diagnóstico contido no Caderno de Formação n. 20, depois que é assentado:

[...] o sem-terra se reintegra, mesmo sem querer, no processo de organização social dominante: o mercantil capitalista. Assentado em lotes familiares/individuais passa a ser um produtor simples de mercadorias, utilizando para isto a terra, os seus próprios meios de produção e o seu precário conhecimento tecnológico. Decidindo sobre o plantio, o consumo e a distribuição dos produtos. Enfim, ele repete a pequena propriedade que conhece e que sempre sonhou ter.

Como outros camponeses, organiza a sua pequena produção com a propriedade privada dos escassos meios de produção e na organização do trabalho familiar, com uma mínima divisão do processo produtivo (MST, 1993, p. 5).

Produzindo sob a lógica camponesa, segundo ainda o referido Caderno, o assentado em geral tem:

[...] dificuldade de perceber que está subordinado ao modo de produção mercantil-capitalista que utiliza um processo produtivo socialmente dividido, com mão-de-obra especializada, instrumentos de trabalho potentes (máquinas)

¹ Sobre isso ver POKER, J.G. *A prática da vida e os desencontros da libertação*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

² Na mesma dissertação encontram-se relatados vários desses casos de rompimento entre assessores/mediadores e assentados, por divergirem quanto ao modelo de agricultura a ser adotado. Um processo de ruptura entre mediadores/assessores e assentados na Fazenda Reunidas, que será conhecido mais adiante, foi detalhadamente narrado por BORGES, M. S. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada*. São Paulo: Anita, 1997.

e que produz para o mercado, em grande quantidade e com maior rapidez, e um custo menor, fazendo baixar o valor dos produtos. (CONCRAB, 1997, p. 29).

O assentado que opta pela pequena produção camponesa não consegue se adaptar às regras da produção mercantil, e por isso mesmo apenas consegue se integrar de maneira marginal ao mercado, ocupando os “espaços vazios”, de “baixa lucratividade”. Optando por esse caminho, o assentado deixa de ser livre, “embora a propriedade da terra e dos meios de produção e a direção do processo produtivo familiar lhe forneça a falsa sensação de viver ‘sem patrão’” (CONCRAB, 1997, p. 29).

A essas premissas, segue a conclusão que:

A pequena produção tende a transformar-se, DESAPARECENDO, e aí o proprietário perde a terra e os meios de produção; ou INCORPORANDO-SE ao capital pelo processo da integração aos grandes complexos agroindustriais, aonde perde até o poder de decisão sobre a atividade produtiva em si e se mantém arcando com os altos riscos que não atraem a grande empresa; TRANSFORMANDO-SE em pequeno produtor capitalista na medida que consegue recursos para investir e produzir em pequena escala; ou REORGANIZANDO-SE. (CONCRAB, 1997, p. 29, grifos dos autores).

Várias pesquisas constataram que os sujeitos de movimentos, antes de conquistarem a terra, possuem projetos de vida baseados em modelos de agricultura que, na maioria dos casos, são incompatíveis com o contexto e as circunstâncias nas quais tornar-se-ão produtores rurais, através do assentamento. Os acampados vinculados ao MST também não fogem dessa característica.

Nesse sentido, o modelo de agricultura desenvolvido pela direção, e apresentado como sendo do Movimento todo, apesar de ser original em muitos aspectos, não se constitui em algo essencialmente novo, em relação à problemática da viabilização dos assentamentos. O SCA pode ser interpretado como um aperfeiçoamento dos modelos experimentados nos assentamentos por assessores e mediadores, principalmente aqueles vinculados à Igreja Católica *progressista*, muito antes do surgimento do MST, como é o caso da CPT, por exemplo. Prova disso é que o projeto da *direção* para o Movimento incorpora a coletivização da terra e do trabalho como principal fator de potencialização dos poucos recursos disponíveis para produção, o que também foi a essência da grande maioria dos outros projetos anteriormente desenvolvidos. Mas, além da substituição da palavra *coletivização* por *cooperação*, o projeto do SCA possui ainda outros aspectos inovadores, que merecem ser mencionados.

E para que não haja confusão, convém primeiramente esclarecer os significados de *cooperação* e *cooperativismo agrícola* na perspectiva do SCA. Segundo o Caderno n. 5, já mencionado, por *cooperação* entende-se o “jeito de organizar a produção através da divisão social do trabalho”. A vantagem disso é que, introduzindo-se a divisão social do trabalho num processo produtivo, cada trabalhador se

“especializa em uma linha de produção ou tarefa”, podendo daí “fazer as coisas cada vez melhor, aumentando a produção, diminuindo custos, diminuindo o tempo de trabalho” (CONCRAB, 1997, p. 21)³.

A cooperação agrícola, por sua vez, significa:

[...] o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (trilhadeira, trator, ceifadeira, etc), comprar matrizes animais, produzir uma lavoura em conjunto. E, até chegar ao ponto de ter a terra, capital, trabalho em conjunto. Surge assim o agricultor familiar cooperado (CONCRAB, 1997, p. 21).

Conforme aponta o Caderno de Formação n.20, a cooperação tem sido a estratégia adotada inclusive pelos capitalistas do campo, e “por causa disso estão conseguindo aumentar seu capital, comprar a terra dos pequenos e explorar cada vez mais os agricultores, que passam a trabalhar para eles”. Nesse contexto, segue o Caderno, a “Cooperação Agrícola é a saída para os pequenos agricultores aumentarem a produtividade do trabalho, o volume da produção e não terem que deixar o campo ou virarem mão-de-obra explorada pelos granjeiros e latifundiários” (MST, 1993, p. 9).

Cooperando, os assentados poderiam obter as mesmas vantagens, e muitas outras, dado que o modelo de cooperativismo adotado pelo MST difere do modelo convencional existente, que se limita à comercialização. Segundo o Caderno de Cooperação n.5, no modelo do MST, que se pretende *alternativo, diferente e de oposição*, o cooperativismo é ampliado até o planejamento e execução das atividades, proporcionando a racionalização do processo produtivo e, em consequência maior ganho aos associados (CONCRAB, 1997, p. 21).

Cooperativismo alternativo significa “construir um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores”, o que “implica na apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores” (CONCRAB, 1997, p. 10).

Por *cooperativismo diferente* deve-se entender aquele que não se adapte “à lógica excludente do capitalismo”, levando as cooperativas a priorizarem “os associados

³ Se tomada literalmente, esta concepção de organização do trabalho, baseada na especialização, faz lembrar da *Teoria da Administração Científica* que o americano W. F. Taylor criou no começo do século XX, para organizar racionalmente a produção na empresa capitalista, e que inspirou também a organização das empresas no socialismo soviético. Na concepção de Taylor, para organizar a produção e aumentar a produtividade do trabalho, seria necessário que cada trabalhador se especializasse numa única tarefa dentro da empresa, com a qual deveria se ocupar. Nas empresas, o trabalho deveria ser dividido em execução e planejamento, cabendo aos operários apenas a execução, para que o ritmo de trabalho pudesse ser plenamente controlado pelos chefes e demais superiores. Mais detalhes, procurar em TAYLOR, F. W. *Princípios da administração científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1957. O aparente taylorismo contido no conceito de divisão do trabalho formulado pelo Movimento é atenuado por um outro enunciado no Caderno n.5, onde se lê que, apesar da divisão das tarefas, respeitando as aptidões individuais, todos devem ser polivalentes, significando que *ninguém pode perder a noção de conjunto, isto é, deve saber como funciona cada uma das partes do todo, cada uma das partes da organização* (CONCRAB, 1997, p. 55).

mais viáveis”, desprezando aqueles que mais precisam de ajuda, onde os “técnicos decidem cada vez mais em nome dos associados”. Mais ainda, o “cooperativismo que nos propomos a construir deve ter o desenvolvimento do associado e a cooperação entre os associados e entre as cooperativas em primeiro lugar”. Por fim, a diferença também se define pelo tipo de direção, que não é exercida por um só, mas é coletiva, “deixando o aspecto legal em segundo plano” (Idem. Ibidem)⁴.

E *cooperativismo de oposição*, primeiro em relação à política neoliberal, porque:

A Reforma Agrária que queremos não acontecerá sem mudanças profundas na sociedade atual, sob o domínio do neoliberalismo. É inconciliável o resgate da dignidade dos sem-terra e do povo trabalhador dentro da sociedade capitalista, pois ela sobrevive da exclusão do povo trabalhador, para concentrar o capital (terra e renda) nas mãos de alguns.

O cooperativismo que nos propomos a construir deve organizar e conscientizar a sua base para contribuir na transformação da sociedade (MST, 1993, p. 11).

Cooperativismo de oposição também em relação ao cooperativismo tradicional, vinculado à OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), “que se propõe a ser a única representante de todas as cooperativas”. O SCA defende “a autonomia de organização e representação”, onde “o desafio é construir o próprio modelo do MST: que abarque as diferenças regionais, que aponte um modelo tecnológico alternativo”, reconhecendo a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB), “como a representante de todos os segmentos de cooperativas e demais unidades de produção em áreas de Reforma Agrária” (CONCRAB, 1997, p. 21).

Outra vantagem apontada pelo referido Caderno é quanto à distribuição das sobras, ausente no modelo convencional, mas presente no SCA. No modelo convencional, conforme o Caderno, as cooperativas visam unicamente o desenvolvimento de sua própria estrutura. Ao contrário, O SCA visa o desenvolvimento dos associados e o aperfeiçoamento das formas de cooperação entre eles. Então, ao final de cada ciclo produtivo, ou mesmo através de antecipações, os associados recebem a parte que lhes coube dos rendimentos obtidos pela Cooperativa da qual fazem parte. Mas, para que isso aconteça, é preciso que o SCA se constitua, de fato, como empresa nos assentamentos, buscando eficiência produtiva e inserção cada vez maior no mercado.

A expressão *mercado*, embora soe dissonante no discurso do MST, não deve ser compreendida em seu sentido comum, mas integrando a categoria *alternativo, diferente e de oposição*, contida no projeto do SCA. Apesar de confessar explicitamente que o mercado é um desafio, sendo difícil “até entender o seu funcionamento” (MST, 1993, p. 39), o SCA pretende influenciar na formação de um mercado “alternativo ao mercado capitalista, que cria falsas necessidades (ideologia do consumismo) e

⁴ A distinção entre a direção convencional, e aquela pretendida pelo MST, refere-se ao fato de que, legalmente, as cooperativas devem ter um presidente, o que contraria as normas do Movimento, que condena veementemente o presidencialismo como forma de direção. Ver MST. *Normas gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. s. d. Cap. VI, parágrafo 34. (1990)

que beneficia apenas em torno de 1/3 da população”. Busca-se então “criar um mercado popular e solidário, com produtos vinculados a necessidade do povo”, que deve ter as seguintes características: ser “popular (de massa); local/regional; ideológico/(servir de) propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores” (CONCRAB, 1997, p. 18-19), e ser “articulado entre campo e cidade” (CONCRAB, 1997, p. 10).

A essa definição de *mercado*, deve-se acrescentar a dos possíveis *nichos de mercado*, que seriam os “espaços comerciais onde comercializaremos produtos diferenciados de elevado valor agregado”, com o objetivo de “buscar uma qualidade de vida média/boa para os assentados” (CONCRAB, 1997, p. 39).

E, correspondendo à natureza peculiar do MST, de ser ao mesmo tempo um movimento *de e para* trabalhadores sem terra, o projeto do SCA constitui-se num *objetivo* e num *meio* para atingir outros objetivos, simultaneamente. Essa duplicidade é explícita, e pode ser verificada na definição do *caráter do SCA*, no já citado Caderno n.5⁵. O SCA possui um caráter de *empresa econômica*, “por visar a organização da produção, a resistência dos assentados no campo, o crescimento econômico e o desenvolvimento ou melhoria da qualidade de vida dos assentados”. E possui também o “caráter político, por atuar na organização política dos assentados, na conscientização e politização da base, levar a mobilização social e articular lutas econômicas e políticas, bem como contribuir com o Setor de Frente de Massa” (CONCRAB, 1997, p. 11).

Entre outros itens citados no Caderno n.º5, os *objetivos* do SCA seriam: promover o desenvolvimento econômico dos assentados, aqui englobando a obtenção de resultados financeiros a serem distribuídos para melhorar a qualidade de vida dos associados; o aumento da produtividade do trabalho; a modernização da produção no campo e o desenvolvimento da agroindústria, que neste contexto é justificada como forma de aproveitamento da mão-de-obra excedente, resultante da racionalização do processo produtivo instaurado pelo SCA. A implantação das agroindústrias nos assentamentos ainda permitiria agregar maior valor aos produtos do lugar, possibilitando assim aumentar o rendimento a ser distribuído.

Vale destacar que a rentabilidade dos assentamentos, além de “provar que a reforma agrária é viável, não só do ponto de vista da justiça social, mas também do ponto de vista econômico”, pode “servir de exemplo, de propaganda e de alianças na sociedade para que se unam na luta pela reforma agrária” (CONCRAB, 1997, p. 13).

E a pretexto de aprofundar os aspectos apontados acima, sobre a agroindústria e as vantagens de sua implantação para o Movimento, deve ser observado que existe uma grande ociosidade de mão-de-obra nos assentamentos,

⁵ No ‘*Caderno de Cooperação n.º 4*’, a dupla tarefa atribuída à implantação da cooperação nos assentamentos aparece sob a seguinte forma: “a cooperação deve ser vista como um meio. O objetivo final são as transformações sociais e as melhorias permanentes das condições de vida” (CONCRAB, 1995, p. 9).

independentemente da introdução da lógica de organização do SCA. Não são raros os casos em que a ociosidade ocorre também no interior de cooperativas já constituídas.

Em consequência disso, a renda gerada não é suficiente para satisfazer as expectativas dos envolvidos na experiência, provocando desapontamento e desânimo, que também podem levar ao abandono da cooperação. Os jovens, filhos de assentados, têm sido os mais atingidos por esse processo. Por causa da pouca renda obtida com o trabalho, muitos dos jovens manifestam claramente a vontade de deixar os assentamentos, para tentar a sorte na cidade. Este é um fato que causa preocupação, tanto entre os militantes do Movimento, como nos agentes do Estado responsáveis pela assessoria técnica e acompanhamento. Ambos temem pela continuidade dos assentamentos, depois da morte dos titulares.

A implantação das agroindústrias representa assim, mais do que a possibilidade de maximizar a renda dos assentados a curto prazo: elas contêm a esperança de que, ampliando o leque das oportunidades de trabalho aos mais jovens, pode-se garantir que os assentamentos consigam se reproduzir, e durar por muito tempo além da vida dos que lutaram para conquistá-los.

Mas ao mesmo tempo que persegue a viabilização de seu objetivo, o SCA constitui-se no *meio* através do qual a *direção* do MST espera operar transformações nos outros segmentos do Movimento (militância, base e massa), que daí se expandiriam para os assentamentos e, como ondas, alcançariam o restante da sociedade.

Segundo o Caderno n.º 5, as cooperativas, da forma proposta pelo SCA, “se constituem em mais uma FERRAMENTA DE LUTA dos trabalhadores” (CONCRAB, 1997, p. 10). Através do SCA pode-se instaurar uma convivência baseada em novas relações sociais, aí incluídas as relações de gênero e as pedagógicas (entre pais e filhos), que levem os envolvidos a adquirir novos valores, baseados no *humanismo* e no *socialismo*⁶, proporcionando a “construção do *Homem Novo* e da *Mulher Nova*”, que seriam “pessoas responsáveis, politizados, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros” (CONCRAB, 1997, p. 13, grifo dos autores). Para reforçar, e comprovar, a teoria sobre a potencialidade transformadora, contida na cooperação agrícola, recorre-se a Lênin, que enxergou nas cooperativas uma prática cujas vantagens ultrapassam os ganhos econômicos que possibilitam, tornando-se um instrumento político importante na promoção da “revolução cultural no campo” (CONCRAB, 1997, p. 48). Mesmo que tenham sido inventadas no capitalismo, as cooperativas tanto podem fortalecer o sistema vigente, como podem ser usadas como instrumento de luta contra ele, pois,

Acrescentou Lênin que, ‘a cooperação pode tornar-se um fator político importante, contribuindo para a unificação dos camponeses na sua luta pela reforma agrária

⁶ Estas expressões são bastante repetidas nos documentos e materiais didáticos produzidos pela direção do Movimento, mas não vêm acompanhados de uma definição precisa sobre o significado delas, o que permite pensar que tais conceitos referem-se aos de *homem novo* e *mulher nova* que serão construídos mediante a prática da cooperação nos assentamentos, e posterior transformação da sociedade.

radical, pela completa transformação do regime existente. Incutindo nos camponeses hábitos de direção coletiva na economia'. (CONCRAB, 1997, p. 49).

Segue-se então a conclusão que

[...] a cooperação dentro do capitalismo deve ter um sentido estratégico, sem cair em desvios. Mas fazer com que os trabalhadores elevem seu nível de consciência a partir do desenvolvimento de experiências coletivas. Por tanto a cooperação, no capitalismo além de cumprir este papel de organizar os trabalhadores em torno da produção cumpre um papel fundamentalmente educativo. (CONCRAB, 1997, p. 49).

Dentre as várias razões apontadas para a implantação do SCA, merece destaque a de que a adoção do cooperativismo nos assentamentos, proporcionaria a “igualdade de direitos entre homens e mulheres”, elas que cumprem “dupla ou até tripla jornada de trabalho e são totalmente subordinadas ao ‘chefe’ econômico da família”, sem desfrutar “de nenhum direito social”, salientando que:

Na Cooperativa Agrícola, criam-se condições materiais para que a mulher participe da divisão do trabalho, evite as duplas e triplas jornadas e tenha menos afazeres domésticos (improdutivos). (MST, 1993, p. 13).

A cooperação, e a divisão do trabalho dela decorrente, além de liberar as mulheres do confinamento nos afazeres domésticos, também possibilitam que elas adquiram “uma certa autonomia financeira”, o que lhes proporciona a participação “de uma maneira mais sadia e menos dependente da vida da comunidade e da educação dos filhos” (MST, 1993, p. 13).

Para conseguir tudo isso, no entanto, é preciso que os assentados optem massivamente pelo cooperativismo, não importando a forma, mas o ato de cooperar:

Estamos convencidos de que só é possível resistir na terra através da cooperação. O ‘jeca tatu’ isolado em seu lote individual dificilmente conseguirá sobreviver. A necessidade tem demonstrado que precisamos cooperar para ir resolvendo as nossas dificuldades e ir superando os nossos problemas.

Para o MST, o que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo assim com o isolamento. [...] Não interessa se a produção é individual ou coletiva, pois a forma da cooperação é secundária. O fundamental é o ato de cooperar. (MST, 1993, p. 13).

Com o intuito de estimular e massificar a cooperação nos assentamentos, e principalmente, “integrando neste processo os assentados individuais” (CONCRAB, 1997, p. 9), a direção do Movimento formulou várias modalidades de empresas cooperativas, passíveis de implantação nos assentamentos, que vão da forma mais

simples até a mais complexa, variando para tanto o grau de coletivização presente em cada forma de cooperação.

Para cada necessidade presente nos assentamentos, há um tipo de cooperativa recomendado. Mas apesar das diferenças entre elas, todas as modalidades de cooperativas compõem o Sistema Cooperativista dos Assentados, que torna-se assim responsável:

[...] pela organização de base dos assentados, pela organização da produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural, pela comercialização e, também, pela mobilização social dos assentados frente à política agrícola do governo, a política econômica e pelas condições básicas do assentamento. (CONCRAB, 1997, p. 9)

As formas de cooperação são as seguintes:

Núcleos de Produção (NP): a forma mais elementar de cooperação, indicada para assentamentos onde vigora a produção individual e há dificuldade da introdução de práticas associativas mais complexas. Constitui-se através da “fusão de algumas famílias”, por intermédio de afinidade, parentesco ou proximidade, “[...] com a finalidade de discussão política do MST e da organização da produção” (CONCRAB, 1997, p. 62). Nesta modalidade, a terra, o capital, o trabalho e o planejamento da produção permanecem individuais, e os assentados preferem morar nos lotes, ao invés da agrovila. O NP não precisa de registros legais. Apesar de sua forma simples, pertencer a um Núcleo de Produção é condição indispensável para que um assentado venha a se associar a uma cooperativa e venha a usufruir das vantagens que ela pode oferecer. Também é através da formação dos núcleos que o MST começa a desenvolver o trabalho de organização da produção nos assentamentos.

Associação (A): talvez seja a mais antiga das formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos, mesmo antes do MST, e “constitui-se, na maior parte dos casos, como associação de prestação de serviços”, sendo “formada por pessoas que se juntam para resolverem um problema que dificilmente conseguiriam sozinhas” (CONCRAB, 1997, p. 63), como a associação de máquinas, facilmente encontradas nos assentamentos. Nesta modalidade, a terra, o trabalho e o planejamento da produção permanecem individuais. O capital (máquinas e implementos, geralmente) pode ser mesclado: uma parte individual, outra parte pertencendo à associação. Quanto à moradia, os associados tanto podem morar nos lotes quanto em agrovilas. As associações têm personalidade jurídica e precisam ser registradas em cartório; possuem estatuto, livro de atas e regimento interno, mas não são consideradas organizações econômicas, não podendo emitir notas fiscais e nem obter lucro com as atividades, o que as impede também de repassar qualquer sobra aos associados.

Grupo semi-coletivo (GS): apesar de ser uma experiência de cooperação muito usada entre 1985 e 1988, os grupos semi-coletivos demonstraram ser demasiadamente instáveis que, ou evoluem para formas mais complexas de cooperação, ou retornam à produção individual. Segundo a análise do Caderno, “a contradição principal deste grupo está em conciliar os interesses pessoais com o interesse coletivo” (CONCRAB, 1997, p. 65). Nesta modalidade a terra, o capital, o trabalho e o planejamento da produção são metade individuais e metade coletivos. Em geral os participantes de um grupo semi-coletivo moram em agrovilas. Embora possam ser organizados informalmente, alguns grupos semi-coletivos adotam a forma da associação, precisando assim cumprir as formalidades legais.

Grupo Coletivo (GC): constitui-se num “passo a frente na organização da produção, pois já exige um grau de consciência mais elevado por aglutinar pessoas ou famílias que já estão dispostas a organizar o processo de produção de forma coletiva” (CONCRAB, 1997, p. 66). Tanto a terra, o capital, o trabalho, o planejamento da produção estão sob o controle do coletivo. Nos grupos coletivos, geralmente opta-se pela agrovila como lugar de moradia. O grupo coletivo é uma organização informal, não precisando cumprir exigências legais, o que não dispensa a presença de um regimento interno e livros de registros das decisões.

Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS):

[...] dedica-se basicamente à comercialização (organizar o processo de compra e venda de insumos, da produção e de bens de consumo para os associados), da assistência técnica, do serviço de máquinas, da formação política e da capacitação técnica, da organização da produção, [...] da implantação de unidades de processamento [...] para beneficiar a produção dos assentados. (CONCRAB, 1997, p. 67).

O Caderno n.5 considera que esta modalidade é a mais facilmente aceita pelos assentados. Por isso sua implantação deve ser privilegiada como estratégia de massificação do cooperativismo nos assentamentos. As CPS se subdividem em dois tipos:

Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS): quando abrangem a área de um assentamento ou se estende a assentamentos próximos;

Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR): quando abrange vários assentamentos, atingindo vários municípios próximos. A terra pode ser usada individual ou coletivamente, dependendo da condição do assentado associado. O capital (máquinas e implementos) é controlado pela Cooperativa, que distribui as sobras obtidas. A CPS “não organiza o trabalho, que é tarefa dos associados” (CONCRAB, 1997, p. 66), nem planeja diretamente a produção, mas pode estabelecer as “linhas de produção prioritárias a serem desenvolvidas e elaborar planejamento centralizado da produção vinculado a cooperativa (sic)” (CONCRAB, 1997, p. 66). Também não há controle sobre a moradia, que é da competência dos assentados. Quanto aos aspectos legais, todas as cooperativas precisam ser registradas

na Junta Comercial dos municípios onde se localizam e seguem as leis específicas que prescrevem o funcionamento e, “por serem empresas com fim claramente econômico, são fiscalizadas com mais rigor pelo governo, o que exige um maior grau de controle interno, muito mais do que as associações ou grupos informais” (CONCRAB, 1997, p. 68).

Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços (CPPS): “acontece quando uma CPS começa a desenvolver a produção de um ou mais produtos”, sendo “uma forma de transição entre a CPS e a CPA” (CONCRAB, 1997, p. 68). Há dois níveis para esta modalidade: o mais simples, que ocorre quando uma CPS atinge um determinado estágio de desenvolvimento econômico que possibilita entrar “na produção de determinada mercadoria para o mercado”, ou “colocar uma unidade agro-industrial para transformação dos produtos dos sócios ou de terceiros, etc” (CONCRAB, 1997, p. 68). E o nível mais avançado:

Este novo modelo de cooperativas é uma combinação dos interesses dos indivíduos com o interesse do coletivo num nível mais avançado de cooperação. A cooperativa passa a desenvolver parte das atividades centralizadas como cooperativa e parte da produção ficaria com os sócios que poderia ser organizada em diversos níveis. (CONCRAB, 1997, p. 69).

Nas duas variações o controle da terra pode acontecer igualmente de duas formas: estar inteiramente sob o controle coletivo, ou ser controlada pelo coletivo apenas a parte onde foram feitos os investimentos da cooperativa, e o restante permanecer como propriedade individual. “O mesmo acontece com a organização do trabalho: “nas atividades centralizadas, a cooperativa deve organizar todo o trabalho em função de viabilizar as linhas de produção, ou seja, o trabalho coletivo”, e “[...] cada núcleo deverá colocar à disposição a mão de obra necessária.” (CONCRAB, 1997, p. 69) Também pode acontecer o “assalariamento da mão de obra incorporando um associado para cada posto de trabalho necessário para viabilizar a produção, conforme os critérios estabelecidos” (CONCRAB, 1997, p. 69). Quanto ao capital, “todos os investimentos considerados estratégicos para a cooperativa devem ser centralizados sob controle da CPPS” (CONCRAB, 1997, p. 69), o que também ocorre com o planejamento da produção. Não há especificação sobre a moradia, que fica a cargo dos associados, e as exigências legais são as mesmas de qualquer modalidade de cooperativa.

Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): a modalidade foi implantada pelo MST em 1989, e é considerada a forma mais avançada, superior, de organização da produção. Sua complexidade deriva do fato de se constituir “como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalho coletivos”, além de haver “complicações burocráticas com a legislação trabalhista, fiscal e providenciária” (CONCRAB, 1997, p. 70), que devem ser superadas. Apesar de serem caras, sobretudo à direção do Movimento, por se aproximarem do socialismo, foram estabelecidos alguns condicionantes para sua constituição nos assentamentos: “a terra deve estar sob controle do coletivo; ela deve

liberar quadros; deve estar em uma área estratégica; ter um plano estratégico de desenvolvimento” (CONCRAB, 1997, p. 70).

Nesta modalidade, embora sejam de propriedade individual, a maior parte dos lotes deve estar sob controle do coletivo, que obtém a concessão do uso dos proprietários mediante arrendamento ou comodato. Mas, segundo o Caderno n. 5, já existem casos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde as CPAs possuem título de propriedade de terra concedido pelo INCRA.

Todos os investimentos e capitais existentes são controlados coletivamente pela CPA, e os associados recebem “quotas-partes que vão sendo integralizadas na conta de cada associado”. Há também os fundos indivisíveis, que se tornam “patrimônio social e não podem ser divididos em caso de dissolução” (CONCRAB, 1997, p. 71).

Diferentemente do que ocorre nas outras formas de cooperação, onde existem os núcleos, nas CPAs o trabalho é organizado “em setores, a partir da divisão do trabalho, na lógica de ‘postos de trabalho’, que são determinados pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados-trabalhadores” (CONCRAB, 1997, p. 71). O controle do trabalho se faz mediante “a produtividade física, na lógica do desempenho, e se faz a emulação do desempenho pela sua eficiência política e econômica” (CONCRAB, 1997, p. 71). Apesar de estar acima indicado que se privilegia a produtividade como critério de distribuição, isso não acontece de fato nas CPAs, que não dispõem ainda de métodos que permitam fazer a quantificação da produtividade por atividade, num contexto de trabalho coletivo. Quer dizer, numa CPA nem todas as atividades consistem na produção propriamente dita. Há setores como creche, cozinha e secretaria, por exemplo, onde se torna difícil medir e quantificar a produtividade do trabalho. Assim, depois dos insucessos da repartição igualitária (o produto do trabalho é dividido entre todos, indistintamente), testada no começo das experiências com as CPAs, usa-se atualmente o sistema de horas trabalhadas como critério de divisão das sobras. Isto inclusive está explícito no Caderno n. 5, o mesmo de onde foram pesquisados os modelos de cooperativa (CONCRAB, 1997, p. 53).

O planejamento da produção é feito coletivamente, “a partir de ampla discussão, baseada em estudos técnicos”, onde se define “as linhas de produção e a ordem de prioridades para serem implantadas” (CONCRAB, 1997, p. 71). E também pelas necessidades decorrentes da gestão coletiva integral da produção, é recomendado que as moradias sejam feitas na forma de agrovilas.

Faltou ainda mencionar as Cooperativas de Crédito, de formulação e implantação mais recentes. É uma modalidade de cooperação vinculada à Cooperativa de Prestação de Serviços, somente podendo ser constituída em lugares onde já exista uma rede de núcleos de produção sobre os quais podem ser organizados os núcleos de sócios. Os núcleos de sócios são a base desta modalidade de cooperação, seus

representantes compõem todas as instâncias de decisão, inclusive os Comitês de Crédito, que avaliam e autorizam os empréstimos.

Conforme as informações contidas no site do MST na Internet, de endereço já mencionado, existem atualmente duas dessas cooperativas de crédito em funcionamento. Uma delas é a CREDTAR (Cooperativa de Crédito Rural do Centro Oeste do Paraná Ltda). Sediada no município de Nova Laranjeiras-PR e vinculada à COAGRI, a CREDTAR foi fundada em 11 de janeiro de 1996. Abrange 12 municípios, possui 2 entrepostos e 1202 associados. Seu capital social é estimado em R\$ 91.857,58 e, até maio de 1998, já havia repassado recursos na ordem de R\$ 887.628,94. As sobras acumulam R\$ 3.372,21.

A outra cooperativa de crédito é a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda (CRENHOR), vinculada à Cooperativa Agrícola Novo Sarandi Ltda (COANOL)⁷, com sede em Sarandi-RS. Foi criada em 24 de agosto de 1996, e conta com 1790 associados, espalhados em 21 municípios. Possui 3 entrepostos e um capital social estimado em R\$ 161.002,00. Até maio de 1998, já havia repassado R\$ 810.117,94 de empréstimos, acumulando R\$ 41.003,73 de sobras.

O projeto do SCA prevê a constituição de uma estrutura, que se fundamenta na participação dos assentados através de sua organização mínima nos núcleos de produção (NP), também chamados de núcleos de base. A reunião dos núcleos formaria o contingente das assembleias, que seriam as instâncias máximas de decisão, com poder de legitimar a posse da direção (legal e política), composta por representantes dos núcleos. Qualquer assentado maior de 16 anos pode se associar a uma cooperativa, desde que se submeta às suas regras de funcionamento.

O conjunto das cooperativas de um estado, conforme o Caderno n. 5, forma a Cooperativa Central dos Assentados (CCA). Juntas, as CCAs compõem a Confederação das Cooperativas de Reforma agrária do Brasil Ltda (CONCRAB), cujas atribuições, entre outras, são: “articular e coordenar as políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo, do desenvolvimento agropecuário das Cooperativas Estaduais e dos Assentamentos; viabilizar atividades de exportação e importação”; e “[...] organizar uma Escola Técnica Nacional para suprir as necessidades de quadros técnicos para as cooperativas na área administrativa, financeira e agronômica”⁸.

⁷ Com 8 anos de vida, a Coanol constitui-se num complexo econômico que praticamente domina a agricultura do município de Sarandi-RS e áreas próximas dos municípios vizinhos. Agrega 811 associados e duas CPAs, abrangendo diretamente 5 municípios, mas estende sua influência sobre outros 16, planejando a produção e intermediando a concessão do Pronaf (linha de crédito para financiar a agricultura familiar) a 4 mil famílias. Até janeiro de 1999, a Coanol dispunha de uma frota de 4 carretas, 9 caminhões médios, além de diversas outras máquinas (retroescavadeira, trator de esteira, etc). Estava em desenvolvimento um projeto de criação integrada de suínos e de beneficiamento de erva-mate, para o qual a Coanol já havia investido na construção de uma erva-teira de grande capacidade. Por ano, em média, a Cooperativa comercializa 150 mil sacas de soja, 25 mil sacas de milho. Diretamente para a Parmalat, a Coanol entrega 300 mil litros de leite por mês.

⁸ CONCRAB. *Caderno de Cooperação* n. 5. op. cit. p. 44. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1997.

Nas modalidades de cooperação previstas pelo SCA, alguns aspectos merecem destaque. A começar pela forma de gestão indicada que, exercida democraticamente, constitui-se num elemento pedagógico valioso, levando as pessoas a desenvolverem atitudes de responsabilidade e a disciplina. Tais expressões podem ser assim compreendidas no projeto do SCA: primeiro, que “todos os associados em uma empresa organizativa, legal ou não, devem ter os mesmos direitos e deveres”, o que implica no “direito/dever de participar das decisões, do planejamento, do trabalho, a distribuição das sobras”. Depois, “o respeito às decisões do coletivo, prestação de contas com comprovantes e com transparência aos sócios”, o que também prevê a “punição aos que erram e prejudicam o andamento do conjunto da empresa” (CONCRAB, 1997, p. 47-48). No Caderno n. 5 isto também é classificado como centralismo democrático, que é definido assim:

Todos precisam compreender de que deve existir a máxima democracia no processo de discussão e na tomada das decisões, bem como nas avaliações, mas, após tomada a decisão, todos devem se subordinar a ela, inclusive as pessoas que tiveram a sua proposta derrotada pela maioria. (CONCRAB, 1997, p. 55)

Articulada aos objetivos mais amplos do SCA, que devem obrigatoriamente corresponder à estratégia adotada pelo Movimento, a gestão democrática - prevista como situação onde todos os participantes da instância de decisão possuem igual direito e poder - tem a incumbência de dificultar que a direção legal das cooperativas eventualmente venha a centralizar as decisões, e se sobrepor à direção política, desviando a cooperativa para outros rumos, que não aqueles estabelecidos pelo conjunto do Movimento. Para o SCA, a direção legal é apenas pró-forma, valendo mais a direção política, eleita e referendada pelos Encontros Estaduais do Movimento, também “de forma participativa e democrática” (CONCRAB, 1997, p. 52). Para evitar eventuais conflitos, e dicotomia entre as duas formas de direção existentes nas cooperativas, “recomenda-se que parte dos membros da direção política sejam também da direção legal do SCA” (CONCRAB, 1997, p. 52).

Nota-se aqui uma importante característica da racionalidade contida no projeto do SCA, planejado para constituir-se numa rede integrada, que reúne diferentes formas de cooperação. Formas de cooperação articuladas, mas descentralizadas, por causa dos procedimentos empregados na tomada de decisões. A democracia, na forma como entendida pelo Movimento, praticada já nos núcleos de produção, possibilita que cada experiência de cooperação possua uma certa autonomia relativa, na busca das melhores soluções para os problemas que lhes são específicos, desde que não se desviem das diretrizes estratégicas, fixadas pelo conjunto do Movimento.

Chama também a atenção, na proposta do SCA, a ênfase aos assentamentos, considerados definitivamente como sustentação do Movimento. Sobre os assentamentos é depositada a responsabilidade de viabilizar as condições para transformação da sociedade, em direção ao socialismo pretendido pelo

Movimento. Em princípio, isto demonstra o desejo de longevidade do MST, que já não mais condiciona sua existência à eventual realização de uma reforma agrária, sua reivindicação original.

Nesse novo contexto, os assentamentos, mais fixos e estáveis que as ocupações e acampamentos, proporcionam as condições ideais para que o Movimento faça deles o locus de elaboração e desenvolvimento de projetos, que possam alterar, de maneira significativa, o universo de relações componentes do modo de vida capitalista, em todos os sentidos. A razão da escolha dos assentamentos como alvo preferencial de atuação, tem pelo menos 3 explicações, segundo o Caderno n.5.

Em primeiro lugar, os assentamentos podem servir como apelo de marketing do Movimento, na divulgação de seus reais objetivos para o conjunto dos assentados e o restante da população, inclusive com relação à reforma agrária. Seriam os assentamentos os argumentos concretos, que atestariam a possibilidade e viabilidade de uma vida alternativa ao capitalismo, ainda que constituída dentro do espectro de relações previsto pelo sistema, que rege a sociedade mais abrangente. Isso é demonstrado no seguinte trecho:

Mostrar para a sociedade que é possível mudar, de que existe um outro caminho diferente do caminho definido pelo capitalismo. Mostrar que queremos mais que a reforma agrária. Nós queremos uma vida digna para todos os trabalhadores, toda a sociedade.

Temos que atrair as pessoas para nosso lado. Por isso temos que mostrar que a reforma agrária é bonita e não algo truculento. Assim a sociedade perde o medo do MST. A ideologia não pode nos afastar da sociedade.

Os assentamentos devem ser exemplos de que é possível organizar a sociedade de outra forma, onde os trabalhadores sejam donos do seu próprio destino. Mostrando capacidade em organizar o mundo econômico, mas também mostrando novas relações sociais, como companheirismo, solidariedade, espírito de sacrifício. (CONCRAB, 1997, p. 17)

Estabelecendo sua base nos assentamentos, e massificando a cooperação, sobretudo nos padrões da CPA, o Movimento espera não somente resolver o problema econômico dos assentados mas, ao mesmo tempo, obter militantes autossustentados, ou seja, pessoas cujo trabalho seria o de atuar politicamente fora dos seus respectivos assentamentos, para isso sendo remunerados pela cooperativa da qual fizessem parte. Por sua vez, o trabalho não produtivo dos militantes seria custeado pelo aumento da produtividade, conseguida com a racionalização das atividades proposta pela SCA, que geraria excedentes econômicos suficientes, a ponto de dispensar pessoas da produção direta. É o que se chama de liberação de quadros, que é um dos objetivos das CPAs. Através do trabalho militante financiado pelas CPAs, o Movimento poderia “liberar pessoas para ajudar o movimento popular urbano e rural [...] e buscar desenvolver a consciência política através das lutas políticas de solidariedade de classe e da compreensão do seu significado”, colaborando assim para “criar ou recriar a

estrutura social” (CONCRAB, 1997, p. 17). O próprio Movimento estabeleceu que o SCA, e principalmente as CPAs possuem a dupla vocação de serem entidades com fins econômicos (empresa econômica) e políticos (CONCRAB, 1997, p. 11).

Dáí porque, apesar de considerar importante toda forma de cooperação, e a formação de quaisquer dos tipos indicados de cooperativa nos assentamentos, a direção do MST não esconde sua preferência pelas CPAs, modalidade essa a que o Movimento se refere como sendo sua menina dos olhos, conforme literalmente consta no Caderno de Formação n.20⁹.

Caso consiga atingir esse objetivo, de massificar não só a cooperação, mas principalmente as CPAs nos assentamentos, o MST potencializa sua pretensão de longevidade, reunindo condições de envolver o restante da sociedade através de outros segmentos, não apenas aqueles diretamente vinculados com a questão agrária. O MST expande assim seu raio de atuação e, simultaneamente, amplia o poder de influenciar outros movimentos na formulação de projetos de emancipação, podendo até eventualmente levá-los a incorporar nesses projetos a ideologia e os valores defendidos pelo Movimento.

Os assentamentos nos quais o SCA poderá ser implantado, tornar-se-ão com isso o ambiente propício para que o Movimento como um todo concretize através da prática sua ideologia e seus valores. Eles constituiriam, no dizer do movimento, áreas liberadas, lugares dentro da estrutura da sociedade (genericamente chamado de sistema), mas protegidos de sua influência. Ali, poder-se-ia vivenciar aquilo que o Movimento recomenda para o conjunto da sociedade, no caso uma vida baseada em valores humanistas e socialistas, dos quais emergirão o Homem Novo e a Mulher Nova.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. *Caderno de Cooperação Agrícola*, São Paulo, n. 4.1995.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA. O sistema cooperativo dos assentamentos. *Caderno de Cooperação Agrícola*, São Paulo, n. 5.1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. A cooperação agrícola nos assentamentos. *Cadernos de Formação*, São Paulo, n. 20.1993.

⁹ Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra. *Caderno de Formação* n. 20. op. cit. p. 50. 1997.